

18 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Centronic: TJ mantém ação contra Barbosa

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) tentou no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná suspender a tramitação da ação civil pública em que é acusado de improbidade administrativa porque dois vigias que trabalhavam em sua emissora de rádio, contratados pela Centronic, teriam sido pagos com dinheiro da prefeitura. O recurso foi negado pelo desembargador Leonel Cunha, relator do processo, em decisão publicada anteontem. Foi a denúncia da Centronic que resultou na cassação do mandato de Barbosa pela Câmara Municipal de Londrina, em 30 de julho.

No recurso, a defesa alegou que a Brasil Sul tinha um contrato de permuta com a empresa de segurança e teria sido a

própria emissora que pagou pelos serviços dos dois funcionários. Também sustentou que não houve prejuízos ao erário.

O relator, no entanto, entendeu que os depoimentos dos ex-funcionários são indícios da possível improbidade, uma vez que constava de seus holerites que a prefeitura era a fonte pagadora. Com a decisão, o desembargador

**Para
desembargador,
há indícios
de improbidade**

manteve o entendimento do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Gonçalves, de receber a ação. "Assim, tanto o ajuizamento da Ação Civil Pública como o recebimento da inicial foi fundamentado. Há indícios (justa causa) que autorizam a instauração do procedimento judicial visando apurar suposta prática de improbidade administrativa", escreveu Cunha. O advogado que assina o recurso no TJ não foi localizado ontem.

18 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Ranking da Justiça

Utilizando dados do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), o Instituto Brasiliense de Direito Público divulgou ranking de desempenho dos tribunais brasileiros. O Paraná ficou em 10º lugar com o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, com a nota 46,9. O primeiro lugar ficou com o Rio Grande do Sul, que registrou 69 pontos no levantamento. O Corregedor do TJ, Noeval de Quadros, gostou do resultado, apesar de ele não registrar "essa grande transformação que o TJ sofreu nesses dois últimos anos". "Tivemos um aumento de 150 juízes e 70 comarcas", defendeu.

18 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Adiamento

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) se empenhou para evitar a votação, no plenário, da indicação de Teori Zavaschi para o Supremo. Os tucanos querem evitar que ele participe do julgamento do mensalão.

OPINIÃO DO LEITOR

Tribunal da injustiça

No Brasil é necessário fazer malabarismos para conseguir condenar alguém por crime de racismo. A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma vira ação penal. Como se não bastasse, entre as que viram ação penal, 92% não são enquadradas como racismo, mas interpretadas, na esmagadora maioria dos casos, como injúria. Apesar da maioria dos brasileiros saberem que há preconceito racial no país e de provavelmente já terem presenciado situações de discriminação, poucos são os que admitem publicamente que nossa sociedade é racista e preconceituosa. Afinal, não somos o país da "democracia racial"?

LUANA FERRARI DIAS (estudante) - Londrina

18 OUT 2012

» CURITIBA

GAZETA DO POVO

CNJ suspende licitação do novo Fórum Cível

Assinatura do contrato do TJ com a empresa vencedora da licitação está impedida em caráter liminar por suspeita de irregularidade na licitação. Tribunal não se manifestou sobre o caso

Eloá Cruz, especial para a Gazeta do Povo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu, em caráter liminar, a licitação do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para a construção da nova sede do Fórum Cível de Curitiba, que seria erguido no terreno do antigo Presídio do Ahú. A assinatura do contrato do TJ com a empreiteira Cassol, vencedora da licitação, foi suspensa pelo CNJ por suspeita de irregularidades no processo de escolha da empresa, ocorrido em março deste ano. A decisão foi tomada pelo pleno do CNJ na terça-feira. O TJ-PR tem 15 dias para apresentar defesa no processo.

A obra tem valor estimado de R\$ 14,5 milhões na primeira fase, com a instalação da estrutura de 16 mil metros quadrados. Uma segunda etapa da obra ainda precisa ser licitada e deve tra-

tar do acabamento do edifício. Desse modo, o custo final do novo Fórum deve ficar em torno de R\$ 45 milhões. Ao final da obra, o espaço físico do novo fórum será dobrado em comparação ao das varas cíveis hoje existentes na capital, segundo o TJ-PR.

Necessidade

Na decisão, o conselheiro do CNJ Sílvio Luis Ferreira da Rocha, argumenta que a liminar era necessária. "O perigo da demora se evidencia, na medida em que homologação da licitação ocorreu e existe a probabilidade de o contrato ser assinado logo."

De acordo com advogado que pediu a suspensão da licitação, Roger Santos Ferreira, que não quis citar quem é o cliente dele, na primeira fase do processo foram apontadas diversas irregularidades entre as exigências para as empresas concorrentes. Segundo ele, foram incluídos pedidos novos às empresas no meio do processo de licitação para, supostamente, diminuir a competitividade. Várias dessas exigências, de acordo com o advogado, favoreceram a empreiteira vencedora da licitação.

Três empresas concorreram na primeira etapa para a construção do novo Fórum Cível. Na fase da habilitação técnica, as empreiteiras Cassol, DM e OTT foram impugnadas pela comissão de licitação. No caso da Cassol, a comissão explicou que o engenheiro que tocava a obra

tinha atestado técnico que não atende a toda a especificação do edital divulgado.

A Cassol foi a única a recorrer da impugnação. Em agosto, as outras empresas, que tinham prazo para impugnar o recurso da Cassol, não apresentaram recurso. Com isso, em setembro, o advogado Ferreira entrou com o pedido de liminar no CNJ.

A reportagem da Gazeta do Povo entrou em contato com a Cassol nesta quarta-feira (17), mas a empresa não se pronunciou sobre o caso. O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourri Neto, também foi procurado pela reportagem. Ele explicou que só se pronunciará sobre o assunto quando for notificado oficialmente pelo CNJ.

GAZETA DO POVO

Diplomata entrega plano de recuperação judicial

18 OUT 2012

Com dívidas de aproximadamente R\$ 455 milhões, que culminaram em um processo de recuperação judicial, o frigorífico Diplomata deu um passo que pode acalmar os credores da empresa. Foi apresentado à Justiça na última terça-feira o plano de recuperação judicial, que define as medidas a serem tomadas para garantir o pagamento das dívidas. A empresa teve 60 dias para apresentar o documento, que agora será avaliado judicialmente. Apesar do avanço, os avicultores que alojam para a empresa relatam que ainda existem problemas, como a entrega de rações para as aves.

O processo inclui o frigorífico e outras quatro empresas (Klassul Industrial de Alimentos, Attivare Engenharia e Eletricidade Ltda, Jornal Hoje Ltda. e Paper Mídia) que pertencem ao deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB). O parlamentar não quis se manifestar sobre o andamento do processo, mas a próxima etapa deve ser a avaliação do plano por parte do juiz, seguida de uma assembleia com todos os credores.

Luiz Osório Moraes Panza, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e professor do Unicuritiba, explica que o processo de recuperação judicial exige “esforço do devedor e paciência do credor”. Segundo ele, após a avaliação do juiz é solicitada a opinião dos credores. “Há três caminhos: a aprovação do plano como está, a aprovação com modificações e a rejeição”. Caso a última opção seja escolhida, a falência da empresa é decretada.

Na avaliação de Panza, o fato do valor da dívida ser elevado é um fator que pode alongar as negociações. “A assembleia será o divisor de águas, pois a empresa deverá estar muito bem subsidiada de argumentos para provar que o plano é viável”, complementa.

Problemas continuam

Nos aviários o problema da falta de ração, que havia sido contornado, voltou a incomodar. Dari Possato, presidente da Associação de Avicultores de Capanema e Planalto, conta que há lotes que não são alimentados há três dias. “Os pintinhos estavam bons, mas a ração faltou de novo”, relata. Em outra associação próxima, a dos Avicultores da Microrregião de Fronteira, o presidente Jaime Lazaroto relata que um de seus lotes ficou 4 dias sem ração. “Há casos de associados em que chegou a 5 ou 6 dias seguidos”, conta. Os dois dirigentes contam que ainda não têm informações concretas sobre a recuperação.

R\$ 455
MILHÕES

é o valor aproximado da dívida da Diplomata e das empresas do grupo liderado pelo deputado federal Alfredo Kaefer.

18 OUT 2012

GAZETA DO POVO

BESSA

Zurcindo

A ministra Eliana Calmon, do STJ, dará a palestra de encerramento do Congresso Internacional de Direito da PUCPR, hoje, às 10 h, no auditório Gregor Mendel (Bloco Verde), do Câmpus Curitiba. A palestra é aberta ao público.

18 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Cresce o número de uniões consensuais no Brasil

Um novo perfil da família brasileira está desenhado nos dados do Censo 2010. Cresceram as uniões informais, os casais sem filhos e os casamentos inter-raciais. Também há mais separações e divórcios. Pouco mais de um terço dos brasileiros que vivem algum tipo de união conjugal não formalizou o casamento nem no civil nem no religioso. A chamada união consensual foi a única que teve crescimento na década 2000-2010, passando de 28,6% para 36,4%. A proporção de pessoas casadas no civil e no religioso caiu de 49,4% para 42,9% na década.

“O casamento informal era mais concentrado na Região Norte e entre casais de baixa renda. Agora, está mais disseminado. É comum a decisão de passar por uma experiência antes de contrair matrimônio. Existe também uma questão econômica, já que a união consensual requer menos gastos, não só com a festa, mas com todas as formalidades. Houve uma mudança cultural, iniciada pelos jovens”, diz Ana Lúcia Saboia, do IBGE.

Um cenário bem diferente do que viveu a consultora pedagógica Priscila Monteiro, “juntada” com o marido, José Costa, há 22 anos. Naquela época, conta ela, a decisão de não se casar significava uma posição ideológica. “Eram só os considerados alternativos que faziam isso, os mais intelectuais, que eram contra a regra do sistema”, diz ela.

Hoje, até dentro da Igreja esse tipo de união tem crescido. Quase quatro em cada dez católicos casados (37,5%) não passaram por qualquer cerimônia institucional. Em 2000, eram 28,7%.

RELACIONAMENTO

Proporção de divorciados quase dobrou em dez anos, segundo o IBGE

O empresário Luiz Campriglia, 40 anos, vive em casa com uma menina de um ano e um menino de 8 anos. Ela é filha do seu relacionamento com a produtora Aline Prado, 29 anos, com quem se casou há três anos; já o garoto é filho do primeiro casamento dela. Segundo o Censo 2010, que investigou pela primeira vez o tema, quase um sexto (16,2%) dos lares habitados por casais com filhos contam com a presença de filhos de relacionamentos anteriores.

Para a pesquisadora Ana Lúcia Saboia, do IBGE, isso se deve ao aumento do rompimento de relações conjugais no país. A proporção de divorciados quase dobrou em dez anos, passou de 1,7% da população brasileira para 3,1%. Os casados caíram de 37% para 34,8%.

Quando essas pessoas já têm filhos e se unem a novos parceiros, dão forma ao que os especialistas chamam de “famílias reconstituídas”. “É cada vez mais comum que os casamentos hoje venham com um pacote”, diz Ceneide Cervený, professora de psicologia da PUC-SP. Para ela, isso originou a figura dos “coirmãos” – que, diferentemente dos meios-irmãos, não têm laços sanguíneos, mas são criados juntos.

Homossexuais

Outro dado inédito mostrou que a maior parte dos 60 mil casais gays (53,8%) são formados por mulheres. Foi a primei-

ra vez que o IBGE pesquisou casais do mesmo sexo, ao indagar no questionário do Censo o sexo do cônjuge do chefe da família. Pouco mais de um quarto (25,8%) tinha curso superior completo, índice bem superior à média nacional, de apenas 8,3%. Para Júlio Moreira, presidente da ONG Grupo Arco-Íris, questões culturais explicam o fato de as mulheres se “assumirem mais” quando estão numa relação estável.

SEM PAPEL

No Brasil, as uniões consensuais já são 36% dos casamentos. O Paraná é segundo estado com menor índice com esse tipo de união.

Porcentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em união conjugal consensual

3 ou +

Amapá	63,5	
Pará	57,4	
Roraima	57	

3 ou -

Minas Gerais	25,9	
Paraná	29,1	
São Paulo	29,5	

Média Brasil	43	
Brasil	36,4	

Fonte: IBGE.
Infografia: Gazeta do Povo.

18 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Julgamento sobre lavagem de dinheiro termina empatado

Com os votos que faltavam para a conclusão do penúltimo capítulo do mensalão, o julgamento chegou a mais três situações de empate, deixando indefinida a situação de três réus acusados de lavagem de dinheiro. Anderson Adauto, ex-ministro dos Transportes, Paulo Rocha e João Magno, ex-deputados federais pelo PT terão de esperar o fim do julgamento para a definição da situação.

Se o caso permanecer empatado, beneficiam-se os réus, já que, nesse caso, a tendência é de absolvição. Do contrário, espera-se o voto de minerva do presidente da corte, Carlos Ayres Britto, que já votou pela condenação. Além do presidente, também votaram pela condenação Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Esses ministros entende-

ram que os recursos recebidos não saíram do PT, mas do esquema de desvio de recursos públicos que, misturados a empréstimos fictícios, foram utilizados para a compra de apoio político no Congresso nos primeiros anos do governo Lula, como definiu o Supremo ao longo do julgamento.

Paulo Rocha, João Magno e Anderson Adauto receberam R\$ 820 mil, R\$ 360 mil e R\$ 800 mil, respectivamente, do empresário Marcos Valério, considerado o operador do esquema, por ordem do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Na sessão de hoje, Mello chegou a dizer que os três tiveram "comportamento criminoso".

Mendes afirmou que os elementos eram claros de que eles tinham o objetivo de evitar o rastreamento do dinheiro. O ministro apontou reuniões dos réus com Valério, recebimento de dinheiro em quartos de hotel,

além da precária situação financeira do PT.

Sem provas

Os ministros Ricardo Lewandowski, revisor, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Rosa Weber, Marco Aurélio entenderam que não havia provas de que eles sabiam da origem ilegal do dinheiro porque teriam pedido recursos para a pessoa correta, o tesoureiro do partido do qual fazem parte. Como o PT havia obtido empréstimos nos bancos Rural e BMG, poderiam supor que o dinheiro era legal.

A discussão sobre lavagem já havia dividido o plenário anteriormente, deixando empatado a acusação contra o ex-deputado José Borba. Na ocasião, Ayres Britto informou que os empates só serão analisados após a conclusão de todos os capítulos.

Absoluções

Por unanimidade, os ministros votaram para inocen-

CONTINUA



GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 OUT 2012

PLACAR DO MENSALÃO

Ministros finalizaram ontem os votos sobre condenação e absolvição de acusados petistas envolvidos em crime de lavagem de dinheiro. A votação terminou em empate. Agora são quatro acusados que terão de aguardar até o fim do julgamento, quando a Corte decide se haverá voto de minerva.

	Joaquim Barbosa	Ricardo Lewandowski	Rosa Weber	Luiz Fux	Dias Toffoli	Cármem Lúcia	Marco Aurélio	Gilmar Mendes	Celso de Mello	Ayres Britto
<input type="checkbox"/> condenado										
<input type="radio"/> absolvido										
Anderson Adauto Ex-ministro dos Transportes	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
João Magno Ex-deputado federal pelo PT	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Professor Luizinho Ex-deputado federal pelo PT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
José Luiz Alves Ex-chefe de gabinete	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Anita Leocádia Ex-assessora de Paulo Rocha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paulo Rocha Ex-deputado federal pelo PT	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Fonte: STF. Infografia: Gazeta do Povo.

Otar o ex-deputado Professor Luizinho (PT-SP), que foi líder do governo na Câmara, e dois assessores que receberam recursos do mensalão, Anita Leocádia e José Luiz Alves, por falta de provas.

Eles são acusados no mesmo capítulo do ex-ministros e ex-deputados. Com relação a eles, os ministros entenderam não haver prova de que eles sabiam que o dinheiro era ilícito.



Ayres Britto: possível voto de minerva no caso de empate.

18 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

6º ENCONTRO NACIONAL

Judiciário deverá fixar meta de combate à corrupção

Encontro Nacional do Judiciário, será realizada
nos dias 5 e 6 de novembro em Aracaju

O presidente da comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, afirmou, nesta ontem, que o Poder Judiciário deve estabelecer metas específicas de combate à corrupção e à improbidade administrativa, durante o 6º Encontro Nacional. “Nosso encontro tem olhos para o futuro, com o objetivo de traçar um novo perfil de Justiça. Para avançar é preciso fixar prioridades, traçar metas específicas para que possamos mergulhar com dedicação mais aprofundada”, destacou o ministro, durante a abertura da reunião preparatória para o evento nacional, que reúne gestores de todas as Cortes do país, em Brasília.

Segundo ele, na sexta edição do Encontro Nacional do Judiciário, que será realizada nos dias 5 e 6 de novembro em Aracaju (SE), os presidentes dos 90 tribunais brasileiros definirão em conjunto as metas a serem alcançadas por toda a Justiça em 2014. “Queremos que a Justiça brasileira, em todos os seus ramos, se aproxime dos cidadãos e fixe seus objetivos com base no serviço à cidadania”, afirmou Carlos Alberto. Nesse sentido, a definição de um planejamento estratégico integrado e capaz de absorver novas demandas do Judiciário é fundamental para o aprimoramento da prestação jurisdicional ao cidadão.

Para a definição de objetivos a serem perseguidos pelos órgãos judiciais, o ministro destacou a importância do abastecimento de bancos de dados, coordenados pelo CNJ, que tratam sobre a atividade do Judiciário. “Queremos buscar a unificação dessa base de informações, para ter uma interlocução mais fácil e objetiva com os tribunais”, declarou. Segundo ele, a partir dos diagnósticos obtidos por meio desses bancos é possível fazer uma reflexão e traçar as metas a serem perseguidas pela Justiça brasileira, garantindo o alcance de resultados positivos.

COMUNICAÇÃO

Outra meta que deverá ser discutida pelos presidentes dos tribunais no 6º Encontro Nacional diz respeito à comunicação nas Cortes. “É preciso que haja confiança na instituição e isso só é possível a partir de um bom planejamento de comunicação”, ressaltou o secretário-geral do CNJ, Francisco Alves Júnior.

Segundo ele, a comunicação não pode ser encarada como uma área responsável apenas por gerir as informações em momentos de crise, deve ter uma postura ativa para comunicar à sociedade as atividades desenvolvidas pelos ór-

gãos da Justiça. “Com um planejamento eficiente de comunicação é possível informar a população sobre tantas coisas boas que o Judiciário faz em todos os cantos do país”, reforçou.

Além do contato com o público externo, o secretário-geral do CNJ destacou ainda a importância da comunicação interna do Judiciário, voltada a servidores e magistrados, para a efetividade do planejamento estratégico. Segundo ele, para que as metas traçadas pelos tribunais sejam alcançadas e o serviço aprimorado, é necessário um engajamento de todos, desde os servidores, até o presidente da Corte.

18 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Poder público não deve pagar honorários à Defensoria

O Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Gravataí não têm de pagar honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública. Primeiro, para evitar a confusão entre credor e devedor, já que se trata de repasse a ente estatal. Segundo, porque não se pode obrigar um ente público a subsidiar o funcionamento de outro. Com

este entendimento, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve sentença que livrou ambos de pagar honorários ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (Fadep). O acórdão é do dia 2 de outubro. Cabe recurso.

A sentença que julgou pro-

cedente pedido de internação compulsória de uma jovem com problemas psiquiátricos condenou Estado e Município a custearem, solidariamente, o seu tratamento.

Entretanto, a primeira instância deixou de fixar honorários advocatícios em favor da Defensoria estadual por entender incabíveis.

Justiça do Trabalho do Paraná terá novo sistema de tramitação processual

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) receberá, a partir de 19 de outubro, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT. O sistema está sendo implantado gradualmente em todo o judiciário nacional e no Paraná começará pela Vara do Trabalho de Pinhais e pelo Tribunal. A solenidade de implantação será realizada às 10 horas do dia 19 de outubro, na sede do TRT-PR, na Alameda Doutor Carlos de

Carvalho, 528, e contará com a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen.

Dez Varas do Trabalho receberão o PJe ainda neste ano. Além de Pinhais, terão o novo sistema as varas de Araucária, Colombo, Irati, Ponta Grossa, Castro, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais. Em Colombo,

Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais, o PJe será implantado juntamente com a instalação de novas varas do Trabalho previstas na Lei 12.617/2012.

O processo eletrônico já é uma realidade na Justiça do Trabalho do Paraná desde 2009, quando foram instaladas as primeiras varas eletrônicas em Curitiba. Em todo o Paraná, os processos em papel não são recebidos desde 2011.

18 OUT 2012

METRO

Cresce número de casais não formais no Paraná

- Do total de uniões do Estado, as consensuais passaram de 26% para 29% em uma década, conforme Censo do IBGE
- No país, elas chegam a 36%
- Índice de divorciados em Curitiba é mais que o dobro do nacional

Cenário estadual

Varição em outras naturezas da união conjugal:

Casamento civil e religioso

Ano 2000: 71,9%

Ano 2010: 52%

Apenas casamento civil

Ano 2000: 18,1%

Ano 2010: 15,7%

Apenas religioso

Ano 2000: 3,4%

Ano 2010: 2,7%

Uniões sem casamento sobem para 29% no Paraná

- No país, índice chega a 36,4%

- Percentual de divorciados quase dobrou entre 2000 e 2010

Entre os anos 2000 e 2010, o percentual das chamadas uniões consensuais, sem casamento civil ou religioso, passou de 26,3% para 29,1% do total de uniões no Paraná. É o que aponta o Censo 2010, divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O levantamento mostra que a estrutura da família paranaense vem mudando e acompanhando movimento nacional. No país, o índice de uniões consensuais passou de 28,6% para 36,4%. Já em Curitiba, a variação na década foi quase nula: de 29,9% para 30,1% do total das uniões na cidade.

Por outro lado, a quantidade de divorciados na capital paranaense subiu de 3,97% para 6,62% do total de pessoas que não vivem em união - mais que o dobro do índice nacional, que chegou a 3,1%, ante 1,7% no ano 2000.

O Paraná também registra percentual mais alto que o do país: 4,68%. São quase duas vezes mais divorciados do que no início da década, quando eram 2,47%.

O estudo mostra que, na divisão por cor, 75,2% dos homens e 73,7% das mulheres brancas casavam-se com pessoas da mesma etnia.

O papel da mulher na sociedade também passa por grande transformação. Em 10 anos, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3%.

A idade média de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto terem filhos era de 25,4 anos em 2010. Já entre as mulheres com ensino superior, a média era de 30,9 anos.

18 OUT 2012

METRO

STF registra novo empate de votos

Acusados de lavagem de dinheiro, os ex-deputados petista João Magno (MG) e Paulo Rocha (PA) e o ex-ministro dos Transportes Anderson Adatao vão ter que aguardar o fim do julgamento do mensalão para saber a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os três réus tiveram cinco votos a favor e cinco contra. Foi a segunda vez que houve empate. A sentença do ex-deputado João Borba também terminou igual.

O crime prevê pena de três a dez anos de prisão, mais multas.

O STF ainda vai definir qual interpretação será dada nesses casos. O Código Penal prevê que decisões empatadas beneficiam o

réu. Uma norma do regimento interno, porém, abre a possibilidade do presidente da Corte possa dar o voto de qualidade. O ministro Ayres Britto votou pela condenação. "A engenharia financeira me parece era do conhecimento de todos, do modo heterodoxo, modo inusual, para não dizer malandro, pelo qual os saques eram feitos", disse.

"Se os elementos não são suficientes para demonstrar o conhecimento da origem ilícita dos recursos, penso que a Corte estaria a exigir uma prova diabólica, uma prova impossível, que, lamentavelmente, escancara a porta da impunidade", sustentou Gilmar Mendes.

Na sessão de ontem, o STF absolveu por unanimidade a ex-assessora Anita Leocádia, o ex-assessor do Ministério dos Transportes José Luiz Alves e o ex-deputado Professor Luizinho.

Confirmação de novo ministro é adiada

A indicação de Teori Zavascki para ministro do STF foi aprovada ontem, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. A votação em plenário, porém, foi adiada para depois das eleições municipais. A estratégia foi patrocinada pela bancada governista, que fechou acordo com a oposição para evitar a participação do novo ministro em qualquer etapa do julgamento do mensalão.

18 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Cumprindo metas

Os tribunais brasileiros cumpriram no primeiro semestre deste ano 88,04% da Meta 1, que prevê o julgamento de quantidade de ações maior do que o número de processos de conhecimento que ingressaram na Justiça no período. No total, de janeiro a julho foram distribuídos 8.016.748 processos na Justiça brasileira. Destes, 7.010.593 foram julgados. Os dados fazem parte do balanço parcial do cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário 2012, apresentado ontem pelo conselheiro do CNJ Jefferson Kravchychyn, durante a reunião preparatória para o 6º Encontro Nacional. As Justiças militar, do trabalho e federal foram as que apresentaram maior porcentual de cumprimento da Meta 1: 103,19%, 95,93% e 95,27%, respectivamente. De todos os tribunais brasileiros, 17 estão próximos a cumprir integralmente a meta estabelecida até o fim do ano, ou seja, 19% das Cortes estão adequadas à principal meta a ser cumprida pelo Judiciário este ano. “Esta deve ser uma meta permanente do Judiciário, pois todos os anos entram novas ações na Justiça. O povo paga seus impostos e tem direito a ter resposta rápida do Poder Judiciário”, afirmou Kravchychyn. Entre os tribunais militares, o percentual de cumprimento da Meta 1 no primeiro semestre do ano foi de 103,19% e o Tribunal da Justiça Militar de São Paulo já alcançou a meta firmada.

18 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

ANTONIO CARLOS DE M. PACHECO FILHO

O Provimento 230 e o Protesto de Sentenças Judiciais

Recentemente a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, através do Provimento nº 230, de 20 de agosto de 2012, acrescentou ao Código de Normas, na parte referente ao Protesto de Títulos, a Seção 13, dispondo sobre o protesto de títulos judiciais e certidões de dívida ativa.

Essa ótima medida, embora não substituindo o processo de execução, torna mais ágil e menos onerosa a prestação jurisdicional, conforme se extrai da exposição de motivos deste provimento, nas considerações do Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo: "Considerando ser o protesto um meio extrajudicial, formal e solene, eficaz à inibição da inadimplência, reduzindo, em contrapartida, o número de execuções e ações de cumprimento de sentença, contribuindo assim para melhor eficiência dos serviços prestados pelo Poder Judiciário e preservação da garantia constitucional do acesso à justiça..."

As sentenças judiciais que tenham transitado em julgado, formando títulos líquidos, certos e exigíveis podem, assim, ser encaminhadas a protesto como outros documentos de dívida e títulos de crédito. Esta é uma faculdade dada ao credor que deverá, no ato do encaminhamento a protesto informar o nome do devedor, seu CPF ou CNPJ, conforme o caso e, ainda, o endereço para remessa da intimação.

O valor a ser protestado deverá, também, ser informado, atualizado até o dia anterior ao encaminhamento para protesto. O Provimento 230 reforça a já consagrada tendência dos serviços notariais do Estado à modernização, ao definir que estes

encaminhamentos a protesto devem ser feitos, preferencialmente, pela via eletrônica.

De forma semelhante, podem as Secretarias das Fazendas Públicas Estadual e Municipais procederem com as certidões de dívida ativa, tornando mais céleres as percepções dos valores que são devidos a cada um destes entes estatais, com a vantagem que não há ônus para o Estado e os Municípios, já que as despesas decorrentes do protesto e do cancelamento serão suportadas inteiramente pelos devedores.

Temos observado, na prática, um considerável aumento no apontamento de sentenças transitadas em julgado, principalmente na esfera trabalhista, onde, findo o processo de conhecimento e antes do processo de execução, os credores apontam esses títulos a protesto objetivando agilizar a recepção de valores, já que o prazo para lavratura do protesto é de três dias, contados do apontamento do título no Tabelionato.

Esperemos que com esta excelente iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, através deste Provimento, também os Municípios e o Estado venham a utilizar este serviço que evitará, sem dúvida, o ônus e a demora dos processos de execução. Prestar um bom serviço à população e aliviar o já tão grande número de ações judiciais em curso é objetivo de todos os notários e registradores.

Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho é vice-presidente do Instituto de Protesto de Títulos do Brasil Seção Paraná

18 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

TRT INICIA IMPLANTAÇÃO

do processo eletrônico no PR

Sistema poderá dar mais rapidez aos processos

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) receberá, a partir de 19 de outubro, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT. O sistema, que poderá dar mais rapidez aos processos, está sendo implantado gradualmente em todo o judiciário nacional e no Paraná começará pela Vara do Trabalho de Pinhais e pelo Tribunal. “É um sistema que será transportado para todos os demais regionais e que permitirá ao juiz simplificar os procedimentos que lhe são de rotina, oferecendo condições ao magistrado de se dedicar a atividades como a conciliação”, afirma o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Ubirajara Carlos Mendes.

Dez Varas do Trabalho receberão o PJe ainda neste ano. Além de Pinhais, terão o novo sistema as varas de Araucária, Colombo, Irati, Ponta Grossa, Castro, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais. Em Colombo, Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais, o PJe será implantado juntamente com a instalação de novas varas do Trabalho previstas na Lei 12.617/2012.

e será implementado gradualmente

O processo eletrônico já é uma realidade na Justiça do Trabalho do Paraná desde 2009, quando foram instaladas as primeiras varas eletrônicas em Curitiba. Em todo o Paraná, os processos em papel não são recebidos desde 2011. No entanto, o novo processo eletrônico, PJe-JT, vem uniformizar o trâmite processual em todo o Brasil. O PJe substituirá gradativamente o atual processo eletrônico em uso e até que todas as varas do Paraná estejam com o novo sistema implantado, ambos os modelos funcionarão.

De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Ubirajara Carlos Mendes, a experiência da Justiça do Trabalho do Paraná com o processo eletrônico está ajudando no desenvolvimento do PJe. Técnicos do TRT-PR participam do grupo de desenvolvimento do sistema nacional juntamente com magistrados e servidores de outros tribunais. Uma das contribuições é o e-Julg, um editor de texto estruturado para a produção de decisões. “Esta é a primeira ferramenta no Brasil e talvez no mundo que dá

ao magistrado a possibilidade de um assistente virtual na produção de sentenças”, ressalta o desembargador.

A solenidade de implantação em Pinhais será realizada às 10 horas do dia 19 de outubro, na sede do TRT-PR, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, e contará com a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen.

CALENDÁRIO

Cronograma de implantação do PJe-JT no Paraná em 2012

19 de outubro	Pinhais e Tribunal Regional do Trabalho do Paraná
29 de outubro	Araucária
30 de outubro	Colombo
5 de novembro	Irati
12 de novembro	Ponta Grossa
19 de novembro	Castro
26 de novembro	Apucarana
3 de dezembro	Cornélio Procópio
10 de dezembro	Cascavel
17 de dezembro	São José dos Pinhais

18 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

! Fruet entra com ação contra Rede Massa

A assessoria jurídica do candidato Gustavo Fruet (PDT) confirmou ontem que entrou com três ações contra a Rede Massa e Ratinho Junior (PSC). Segundo o advogado Luiz Fernando Pereira, Ratinho sido beneficiado ao longo da programação da emissora, que é de sua família. O advogado ainda disse que o programa que mais tem elogiado Ratinho e criticado Fruet é o Jornal da Massa, exibido de segunda a sexta, a partir das 7 horas.

Nenhuma das ações foi julgada no Tribunal Regional Eleitoral até o momento. A expectativa, segundo Pereira, é que até o fim da semana haja uma posição dos juízes do TRE sobre o assunto.

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Senadores aprovam novo ministro do STF

Como não há mais tempo para que Teori vote no mensalão, opositoristas mudaram o tom e passaram a elogiá-lo

Ele criticou 'publicidade' do STF, disse ser contra a ida de ministros da corte a CPIs e defendeu redução da maioria penal

Com o apoio da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem por unanimidade a indicação de Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Teori atua hoje no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para que assumira a cadeira antes ocupada por Cezar Peluso no STF, seu nome ainda tem de ser aprovado pelos senadores em plenário, o que ocorrerá no mês que vem.

Como não há mais tempo hábil para ele julgar o mérito da ação penal do mensalão no STF, os opositoristas mudaram o tom inquisitivo adotado na primeira etapa da sabatina e fizeram sucessivos elogios à sua indicação.

Teori evitou responder aos dois questionamentos sobre o mensalão. Disse apenas considerar que o STF está "observando a lógica" de inocular e condenar com provas. E que seria "leviandade" opinar sobre o tema porque há um "impedimento legal" à sua manifestação.

Ao ser questionado pelo senador José Agripino Maia (DEM-RN) sobre se a demora do STF ao julgar o mensalão não pode permitir a prescrição de penas de alguns réus, Teori disse que a prática não ocorre apenas na corte.

Teori criticou o excesso de "publicidade" das ações do STF ao afirmar ser "inédito" o modelo brasileiro de transmissão das sessões da corte pelo rádio e pela TV: "As decisões têm que ser públicas, mas concordo que o excesso de exposição, no meu entender, não colabora para as boas decisões. Em geral, nas cortes de Justiça de outros países a decisão é reservada".

Aliado do governo, o senador Inácio Arruda (PC do B-CE) disse que o STF julga muitos casos pressionado pelos "canhões midiáticos", mas deveria se preocupar com os "autos dos processos".

VOTAÇÃO

Governo e oposição fizeram um acordo para adiar a votação em plenário e, dessa forma, reduzir o desgaste provocado com a rapidez na indicação de Teori pela presidente Dilma Rousseff — o que gerou o receio, entre opositores, de que a atitude tinha como objetivo influenciar a análise da ação do mensalão.

Na primeira parte da sabatina, no fim de setembro, opositoristas ameaçaram derrubar a indicação se ele não firmasse o compromisso de não participar do julgamento.

Em três horas de sabatina, Teori disse ser contrário à chamada PEC da bengala, que aumenta de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria na magistratura.

Também indicou ser favorável à redução da maioria penal por considerar que o tema não deve ser mantido como cláusula pétrea.

Teori também afirmou ser contra a convocação de ministros do STF ou do procurador-geral da República em CPIs e criticou os chamados os "contrabandos" em medidas provisórias — normas incluídas nos textos das medidas sem ligação com o tema original das MPs.

“As decisões [do Supremo] têm que ser públicas, mas concordo que o excesso de exposição, no meu entender, não colabora para as boas decisões. Em geral, nas cortes de Justiça de outros países a decisão é reservada

TEORI ZAVASCKI
criticando, no Senado, o excesso de "publicidade" das ações do Supremo Tribunal Federal

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O PENSAMENTO
DE TEORI ZAVASCKI

18 OUT 2012

Medidas provisórias

É contra a edição de MPs que não atendam aos critérios de “urgência e relevância”. Criticou a inclusão dos chamados jabutis, assuntos que não têm ligação com o tema principal da medida

Lavagem e evasão

Considera que o crime de lavagem de dinheiro necessariamente supõe um delito anterior. Já a evasão de divisas não precisa estar ligada a um crime cometido anteriormente

Foro privilegiado

Disse ser favorável à manutenção do foro privilegiado porque os tribunais superiores têm maior “competência técnica” para julgar autoridades. Defende, porém, a exclusão de algumas categorias com direito ao foro, sem falar quais

Lei de Imprensa

Defende que o Legislativo atue para cobrir o vácuo deixado com a revogação da Lei de Imprensa. Disse que o Congresso prefere que os temas relacionados à lei sejam decididos pelo Judiciário, mas considera “mais democrático” que os deputados e senadores atuem nesse campo

Poder de investigação do Ministério Público

É favorável, por considerar que “não existe um monopólio” para a investigação por parte da polícia. “O MP pode investigar e oferecer denúncia. Nem seria recomendado um monopólio investigativo por meio da polícia judiciária”, disse.

Porte de drogas

Considera que as pessoas flagradas com drogas respondam criminalmente pelo delito, mesmo que tenham pequenas quantidades em mãos —o que costuma caracterizar os usuários. “Aplicar o princípio da insignificância, nesse caso, significaria, na prática, deixar de aplicar a própria lei”, disse.

Indicações de ministros

Defendeu o modelo atual de indicação para tribunais superiores por considerar que ele permite que entidades sociais e corporativas participem com sugestões, com a definição dos nomes pelos órgãos de Estado

Maioridade penal

Não considera a maioria como cláusula pétrea da Constituição, que não possa sofrer alterações. Na prática, a posição demonstra ser favorável à redução dos atuais 18 anos para a responsabilização criminal

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Lewandowski e Gilmar Mendes trocam farpas

Na esteira do clima tenso que tomou conta do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão, os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes discutiram de forma acalorada.

Na sessão extra da manhã de ontem, antes do começo do julgamento do mensalão, Lewandowski chegou a dizer que não era “aluno” de Mendes e ouviu de volta que o colega estaria se revelando alguém “muito sensível”, que não convive com críticas.

O tribunal analisava um inquérito que tinha o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) e outros réus — nenhum dos demais com foro no STF. Eles foram denunciados por suposta compra de votos nas eleições municipais de 2004.

O desentendimento ocorreu quando o tribunal discutia um pedido das defesas de desmembrar o caso para que somente Garotinho fosse julgado pelo Supremo.

Lewandowski voltou a defender que o STF deve julgar só as autoridades com foro privilegiado, pois, segundo ele, todos os demais devem ter o direito ao duplo grau de jurisdição — ser julgado por um juiz e ter a possibilidade de recorrer a outra instância.

Mendes rebateu dizendo que o tribunal já havia entendido que o STF deve analisar o caso de todos os réus quando a relação é inseparável.

“Por favor, ministro, não venha apontar incongruências em meu voto”, disse Lewandowski. Mendes reagiu dizendo que o colega não iria impedi-lo de manifestar divergências. “Eu não sou aluno de Vossa Excelência, sou professor na mesma categoria”, rebateu Lewandowski, que dá aulas na USP.

Mendes, professor da UnB, disse: “Interprete como quiser. Vossa Excelência está se revelando muito sensível, (...) nós devemos ter o hábito de conviver com críticas”.

Durante a discussão, o presidente do STF, Ayres Britto, minimizou o debate: “Esse contraditório, chamamos de argumentativo, é necessário”.

Ao final, o STF entendeu que todos os réus deveriam ser julgados conjuntamente pelo tribunal, mas, por maioria de votos, os ministros entenderam que não havia indícios suficientes para abrir processo penal contra Garotinho, decisão que enviou o caso à primeira instância.

PAINEL

O que é isso... Ministros do governo Dilma acusam José Dias Toffoli de “traição” pelo voto a favor da condenação de José Genoino por corrupção ativa no mensalão.

... companheiro Dizem que, para absolver José Dirceu, Toffoli condenou “um inocente” e relatam que, apesar de já ter votado em Genoino, o ministro do STF nunca teve simpatia pelo ex-deputado quando atuava no PT.

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

JUSTIÇA NO TRÂNSITO

Um carro oficial do Tribunal de Justiça de SP trafegava pela faixa exclusiva para ônibus da rua da Consolação na manhã da terça. O TJ diz que apurará quem guiava o veículo e que “além da responsabilidade disciplinar, o tribunal impõe ao condutor o pagamento da multa pela infração de trânsito cometida”.

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Queixas de ex-ONU travam na Justiça

Antigos funcionários reivindicam direitos trabalhistas, mas STF ainda discute se órgão internacional pode ser processado

ONU no Brasil diz que não fala sobre questões domésticas e que convenção protege suas atividades

Órgãos da ONU (Organização das Nações Unidas) estão no centro de um impasse na Justiça trabalhista brasileira.

Ex-funcionários de organismos como Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Unesco (organização cultural da ONU) reivindicam o direito de terem a carteira assinada e receberem os direitos trabalhistas e previdenciários previstos pela legislação brasileira.

As ações, entretanto, estão travadas diante da imunidade assegurada a embaixadas e organismos internacionais.

A **Folha** identificou ao menos 136 processos no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 10ª Região, em Brasília, onde está concentrada boa parte das ações. O Sindnações, entidade que representa os funcionários, aponta um número próximo de mil.

O embate está longe de ser solucionado: discute-se no Supremo Tribunal Federal se os organismos internacionais podem ser alvo de processo.

Em 2009, a então ministra Ellen Gracie votou a favor dessa imunidade. Com isso, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) passou a extinguir os processos em tramitação na corte, afirma Rubens Santoro, advogado que defende ex-funcionários da ONU.

Neste ano, o TST editou uma espécie de súmula que consolidou a posição defendida pela ministra do STF. A questão ainda aguarda decisão definitiva do Supremo.

Ex-funcionários reclamam da demora e cobram maior apoio do Itamaraty.

O Itamaraty afirma que, desde 1997, realiza jornadas com o objetivo de estimular o cumprimento da lei por embaixadas e organismos internacionais. Também disse que criou, em 2011, um grupo de trabalho sobre o tema.

CONTRATOS

Os organismos internacionais têm como principal atividade no país a realização de consultorias e estudos para órgãos da União.

Somente no mês passado, foram publicados no "Diário Oficial" contratos no valor total de ao menos R\$ 1,4 milhão entre o Pnud e o governo.

Nos processos, o argumento dos organismos para a não aplicação do direito brasileiro é que o contrato de trabalho é feito "por produto", ou seja, para um projeto específico e de duração limitada, como um trabalho "free lance".

O sindicato diz que o tratamento é o mesmo dado a empregados formais, com horários e hierarquia, e que a prestação de serviço não se restringe ao "produto" para o qual eles foram contratados.

OUTRO LADO

A ONU no Brasil afirmou que "não se pronuncia sobre questões de ordem doméstica" e que as atividades estão sob proteção da Convenção dos Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Acionistas vão à Justiça contra desapropriação de refinaria

Terreno no Rio deve dar lugar a moradias

Os cerca de 6.500 acionistas minoritários da refinaria de Manguinhos entrarão na Justiça contra a desapropriação do terreno da empresa, decretado pelo governo do Rio, que pretende construir moradias populares no local.

Representantes do grupo procuraram ontem o advogado Sérgio Bermudes, um dos mais renomados do Estado, para decidir como agir.

Após o anúncio do governo, a venda de ações da empresa na Bovespa foi suspensa.

Ontem, o presidente da refinaria, Paulo Henrique Menezes, disse que o terreno é contaminado e que, por isso, não há condições para que ali sejam construídas moradias.

“Estou desde domingo tentando mostrar ao governador que, se ele insistir nessa ideia, vai construir covas em vez de casas”, disse Menezes.

A refinaria foi inaugurada em 1954. Segundo o presidente, restos do refino de petróleo foram enterrados no terreno, contaminando a área.

Procurado, o governo estadual não respondeu até a conclusão desta edição.

Igreja Universal terá de pagar a Xuxa R\$ 150 mil por danos morais

DO RIO - A Editora Gráfica Universal, que edita o jornal “Folha Universal”, da Igreja Universal do Reino de Deus, foi condenada pela Justiça do Rio a indenizar Xuxa em R\$ 150 mil por danos morais.

A sentença da juíza Flávia de Almeida Viveiros de Castro determina ainda que o jornal publique, em primeira página, o aviso: “Em desmentido da publicação do exemplar 855 de 24/08/2008, Maria da Graça Xuxa Meneghel afirma que tem profunda fé em Deus e respeita todas as religiões”.

Texto do jornal afirmava que

a apresentadora vendera “a alma para o Demônio por US\$ 100 milhões”. Cabe recurso da decisão, de primeira instância.

A decisão proferida na segunda é igual à tomada pela juíza em 2011 no mesmo processo. A primeira sentença, porém, só mencionava os danos morais, sem se referir ao pedido de indenização por danos materiais. Por isso, voltou à juíza, que negou danos materiais.

O advogado de Xuxa, Maurício Lopes de Oliveira, disse que vai recorrer da decisão. Os advogados da Gráfica Universal não foram encontrados.

18 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu chefiava quadrilha, aponta relator do mensalão

Barbosa indica que vai concluir voto condenando ex-ministro da Casa Civil de Lula por comandar esquema

Ministro diz que há várias provas contra petista, que já foi condenado pelo STF por corrupção ativa

Ao começar ontem o capítulo final do julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), o relator Joaquim Barbosa adiantou, em trechos de seu voto, que irá condenar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu por formação de quadrilha, afirmando, inclusive, que ele teve uma posição de comando.

“Há nos autos diversos elementos de convicção, harmônicos entre si, de que José Dirceu comandava o núcleo político que, por sua vez, orientava o núcleo partidário, que agia em concurso com o núcleo financeiro”, afirmou o ministro, sintetizando no seu entender o modo de atuação do esquema.

Em outro trecho do voto, Barbosa diz que há fato nos autos “que reforça a atuação de José Dirceu na quadrilha”.

Depois de quase três meses de julgamento, 37 sessões e 25 condenações, o Supremo já estabeleceu que houve um grande esquema de desvio de recursos públicos com o objetivo de comprar apoio político no Congresso nos primeiros anos do governo Lula.

Os núcleos apontados ontem no voto de Barbosa são formados pelos 13 réus liderados, segundo o Ministério Público, por Dirceu (político), o empresário Marcos Valério (publicitário) e Kátia Rabello (financeiro).

Eles começaram a ser julgados ontem sob acusação de formação de quadrilha.

Dirceu era o ministro mais poderoso do ex-presidente, tendo sido o coordenador da vitoriosa campanha presidencial petista em 2002.

Quando o Ministério Público denunciou o esquema, em 2006, Dirceu foi apontado como o “chefe da quadrilha”.

O petista já foi condenado neste julgamento por corrupção ativa. O tribunal entendeu que ele foi o principal responsável pela organização do mensalão, que distribuiu milhões de reais a parlamentares que apoiaram o governo.

Ontem, Barbosa interrompeu seu voto no início da noite, depois de dedicar boa parte do tempo citando argumentos do Ministério Público, além de depoimentos de testemunhas e outros réus.

Nos momentos em que emitiu opinião disse que a existência do esquema “já passou da mera especulação para a concretude”.

Barbosa também citou os encontros de Dirceu com os dirigentes do Banco Rural e

BMG, intermediados por Marcos Valério, e ainda destacou a viagem feita pelo publicitário mineiro a Portugal para reunião com a presidência da Portugal Telecom.

Lá, segundo depoimentos, eles foram em busca de recursos para o pagamento das dívidas do PT. Para Barbosa, essa viagem “reforça atuação de José Dirceu na quadrilha”.

O relator argumentou ainda que vários réus disseram que os acordos com o PT só eram concretizados após Dirceu ser ouvido.

“ Há diversos elementos de convicção de que José Dirceu comandava o núcleo político que, por sua vez, orientava o núcleo partidário que agia em concurso com o núcleo financeiro

JOAQUIM BARBOSA

18 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Relator condena Barros Munhoz por violação da Lei de Licitações

Processo originou-se quando deputado tucano era prefeito de Itapira e contratou gráfica sem concorrência

O desembargador José Renato Nalini, corregedor geral do Tribunal de Justiça de São Paulo, votou ontem pela condenação do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Barros Munhoz (PSDB) a 6 anos, um mês e 10 dias de prisão por crime de violação à Lei de Licitações que teria praticado na época em que exercia o cargo de prefeito de Itapira (SP), em 2003 – segundo a denúncia do Ministério Público, Barros Munhoz contratou uma gráfica sem abrir concorrência para serviços da administração e para suposta promoção pessoal.

Relator da ação penal, Nalini recomendou substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito – prestação de serviços comunitários a serem definidos em eventual execução e sanção pecuniária. “A solução mais justa para o caso é a substituição (da pena), mostra-se suficiente como resposta legal e justa para reprovação e prevenção dos crimes praticados.”

O julgamento foi interrompido porque outros desembargadores que compõem o Órgão Especial da corte pediram vista do processo. Antes da suspensão, o desembargador Amado Faria acompanhou com o relator. Mas o revisor, desembargador Klotsi Shikuta, votou pela absolvição do deputado. “A denúncia é totalmente omissa. A prova produzida é frágil, pela análise dos folhetos impressos verifica-se que as publicações vinculadas aos contratos administrativos não tinham cunho de promoção pessoal ou em detrimento do interesse público.”

Nalini condenou o presidente da Assembleia por afronta ao artigo 89 da Lei 8666/93 (Licitações) – dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses legais – e ao Decreto Lei 201/67, que define os crimes de responsabilidade de prefeitos. “Não consta que o alcaide (Munhoz) tenha se preocupado em assegurar (a oportunidade de contratação) a outros interessados”, assinalou o relator. “O serviço prestado é corriqueiro, atividade comum, conhecida, muitos poderiam disputar. Portanto, injustificável a dispensa de licitação. Não estava na discricionariedade do administrador; em critérios de sua conveniência, liberar a contratação da licitação. Ao se afastar do bom caminho republicano maculou sua administração.”

Nalini foi categórico. “Todos os atos decorreram por interesse e ordem de Barros Munhoz, que encomendava, ordenava e fiscalizava os procedimentos. Impunha-se mínima cautela. Não se sustenta a tese de ausência de dolo. O prefeito é agente de autoridade. Além de utilizar material em proveito próprio, fez pagamentos ao arrepio da lei.”

“Estou absolutamente sereno, o voto do relator ignora peças extremamente importantes da defesa, sobretudo documentos”, reagiu Barros Munhoz. “Quando todos os desembargadores consultarem (os documentos) tenho certeza que se convencerão e irão me absolver.”

18 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-ministro

e mais dois

réus dividem

STF ao meio

Julgamento acaba em empate; tendência do plenário é absolver acusados de lavagem

Acusados de receber dinheiro do mensalão, os ex-deputados petistas Paulo Rocha (PA) e João Magno (MG) e o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto deverão se livrar do risco de punição pelo crime de lavagem de dinheiro.

Terminou empatado ontem em 5 a 5 o julgamento no qual o Supremo Tribunal Federal analisou a acusação de que os políticos teriam praticado lavagem de dinheiro ao receber dinheiro de origem escusa, por meio da empresa SMPB, do empresário Marcos Valério, já condenado.

Em caso de empate, a tendência do Supremo Tribunal Federal é absolver os réus, pois esse placar demonstra que há dúvidas sobre a culpa. E, em caso de dúvida, o entendimento é o de que o acusado não pode ser punido. O mesmo destino deverá ser reservado ao ex-líder do PMDB na Câmara José Borba (PR), acusado de lavagem de dinheiro. Borba já foi julgado e a votação também terminou empatada.

Os empates têm ocorrido porque em agosto o ministro Cezar Peluso completou 70 anos e foi atingido pela aposentadoria compulsória. No serviço público brasileiro, todo servidor tem de se aposentar quando atinge esse limite de idade.

O substituto de Peluso deverá ser o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki, indicado para a vaga pela pre-

sidente Dilma Rousseff. A indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Mas, para tomar posse, é necessário que também passe pelo crivo do plenário da Casa. Assim, ainda não há previsão de quando ele tomará posse na Corte. Além do empate de ontem em relação a Rocha, Magno e Adauto, os ministros do terminaram de analisar as acusações impostas ao ex-deputado Professor Luizinho (PT-SP) e a assessores de políticos suspeitos de envolvimento com o esquema. A Corte decidiu absolver o grupo.

Mudança de voto. No início da sessão de ontem, o relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, e o ministro Gilmar Mendes reformularam seus votos para condenar os publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes pelo crime de evasão de divisas.

Na segunda-feira, eles tinham se posicionado a favor da absolvição dos dois da imputação de que teriam se envolvido com o recebimento irregular de dinheiro no exterior.

A modificação dos votos não tem consequências práticas. Duda e Zilmar continuam absolvi-

dos da acusação de que teriam recebido irregularmente R\$ 10 milhões no exterior. A única diferença é que, antes, a absolvição havia ocorrido por 9 votos a 1 e agora passou a ser por 7 votos a 3.

Apesar de a mudança não ter repercussão prática no caso específico, Gilmar Mendes ponderou que era necessário esclarecer o seu ponto de vista, pois o julgamento poderá ter efeito irradiador sobre outras decisões do próprio Supremo e de outros tribunais.

O ministro reconheceu que os valores pagos aos dois publicitários tinham origem lícita, já que se destinavam ao pagamento pelos serviços de publicidade prestados durante a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha de 2002.

Mas, segundo Gilmar Mendes, “a licitude do seu crédito não lhe dá o direito de receber de qualquer forma”.

● Caso anterior

O ex-deputado federal José Borba (PMDB) foi condenado por corrupção passiva na 4ª fatia do julgamento, mas o voto sobre lavagem também ficou empatado

18 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo 'não está se excedendo', diz Teori

Em sabatina de 3 horas na CCJ do Senado, futuro novo ministro da Corte defendeu uso de 'provas indiretas' no mensalão

Aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado para ocupar cadeira no Supremo Tribunal Federal, o ministro Teori Zavascki disse ontem que a Corte "não está se excedendo" no julgamento do mensalão ao admitir "provas indiretas" para condenar os réus. O nome de Zavascki, indicado pela presidente Dilma Rousseff, foi aprovado por 18 votos e apenas uma abstenção. A decisão terá que passar pelo crivo do Senado em plenário. Com a recomendação de votação em regime de urgência, a Casa optou por votar o assunto na próxima sessão que tenha quórum.

Em mais de três horas de perguntas, Zavascki avaliou que o STF está conduzindo bem o julgamento. "Qualquer tipo de prova tem que ser conjugada em seu conjunto, em cada caso. O valor de cada prova produzida depende da harmonização, se ela é ou não convincente. E não acredito que o STF esteja se excedendo, ele está observando essa lógica."

Zavascki foi contundente ao dizer que um juiz não deve ser convocado para depor em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de explicar decisões, assim como um parlamentar não deve ser indiciado para falar sobre opções políticas. A questão foi levantada por causa da polêmica com o procurador-geral da República Roberto Gurgel, quando a CPI do Cachoeira cogitou a convocação do procurador para justificar a suposta demora em apresentar a denúncia sobre o caso. Como alter-

nativa, Zavascki falou em "colaboração". "Em nome da independência dos Poderes, não seria cabível indiciar representantes de outros Poderes, mas o dever de colaboração é importante."

Diante da discussão sobre o poder de investigação do Ministério Público, o sabatinado saiu em defesa do órgão: "Não acho que deva ter monopólio investigativo pela polícia". E argumentou: "Como então iríamos explicar a CPI, ou órgãos de controladorias, o Coaf, o Banco Central? Uma ação penal pode começar sem inquérito policial. Mas o MP não pode começar inquéritos policiais".

Ao ser indagado sobre qual era sua opinião sobre o foro privilegiado ao qual parlamentares têm direito, disse que, apesar de já ter visto autoridade fazendo questão de ser julgada em 1.ª instância para garantir o maior número possível de avaliações, opinou que o STF é o órgão que dispõe de mais resistência a pressões a favor e contra réus.

Lewandowski e Mendes batem boca em plenário

● Uma discussão remanescente do julgamento do mensalão foi o motivo de novo bate-boca no Supremo Tribunal Federal. Os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski discutiram sobre o desmembramento de um inquérito aberto contra o deputado Anthony Garotinho (PR) e o candidato à prefeitura de Campos dos Goytacazes (RJ) Geraldo Pudim.

Defensor do desmembramento do caso, Lewandowski reclamou que Mendes apontara uma suposta contradição ao lembrar que, em inquérito contra o deputado Paulo Maluf (PP-SP), o colega defendeu posição contrária.

"Como sempre, Va. Excelência, de forma professoral e magistral, se compraz em encontrar contradições em meus votos", reclamou Lewandowski. Mendes tentou contemporizar, mas não adiantou. "Não sou aluno. Sou professor na mesma categoria que Va. Excelência e numa universidade de renome (USP). Não vou aceitar lições", disse Lewandowski. Mendes respondeu: "Va. Excelência pode fazer a comparação que quiser e não vai impedir que eu me manifeste em relação a pontos que estamos discutindo". "Va. Excelência está se revelando muito sensível", emendou.

Passado o imbróglio, ambos votaram pela rejeição da denúncia contra Garotinho e remissão do processo para a 1ª instância.

18 OUT 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Empate

Pela segunda vez, o Supremo Tribunal Federal registrou empate no julgamento do processo do mensalão. Com a conclusão, ontem, do item sobre lavagem de dinheiro que envolvia réus ligados ao PT, o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto e os ex-deputados federais Paulo Rocha (PT-PA) e João Magno (PT-MG) obtiveram, cada um, cinco votos pela condenação e cinco pela absolvição.

Muda

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes mudou seu voto ontem durante julgamento para condenar o publicitário Duda Mendonça e a sócia dele, Zilmar Fernandes, pelo crime de evasão de divisas. Antes, Mendes tinha votado pela absolvição.

Resultado

Após a argumentação de Gilmar Mendes, o relator da ação penal, Joaquim Barbosa, também mudou a posição para condenar os réus. A mudança dos dois votos não altera o resultado final, que foi pela absolvição de Duda Mendonça e Zilmar Fernandes.

18 OUT 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

CCJ do Senado aprova Teori Zavascki para o STF

O nome do ministro Teori Zavascki foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF); ontem (17). Foram 18 votos favoráveis e uma abstenção. Antes, o ministro foi submetido

a uma sabatina e durante três horas respondeu questões dos senadores. Teori Zavascki foi indicado pela presidenta Dilma Rousseff para assumir a vaga deixada por Cezar Peluso, que se aposentou depois de completar 70 anos. Agora, o nome

precisa ser aprovado em votação no plenário do Senado, o que deve ocorrer somente depois do segundo turno das eleições municipais. A sabatina de Zavascki começou no dia 25 de setembro, mas foi interrompida em razão de votações no plenário.

Lewandowski diz que não é aluno de Gilmar Mendes

Os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes discutiram durante a sessão extra realizada na manhã de ontem (17) no Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar processos represados em razão do julgamento do mensalão. Lewandowski disse que Mendes tentava apontar "incongruências" em sua posição. Mendes, então, rebateu, dizendo que o colega estava "sensível" e que no tribunal é preciso "conviver com críticas".



Divulgação

■ Gilmar Mendes (E) e Ricardo Lewandowski: discussão no plenário

A discussão se deu durante votação sobre se um processo deveria ser desmembrado para a primeira instância para parte dos réus que não tinham foro no Supremo. "Se vossa excelência insistir em

me corrigir, porque não sou aluno de vossa excelência, eu não vou admitir nenhuma vez mais, porque senão vamos travar uma comparação de votos", disse Lewandowski no auge da discussão.